



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 054/2023, DE 18 DE JULHO DE 2023.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR VALORES FINANCEIROS PARA À APAE, NOS TERMOS DO ART. 26 DA LC 101/2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS, Prefeito Municipal de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e **ELE** sanciona e promulga a seguinte:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 26 da Lei Complementar n. 101/2000 a destinar o valor de até R\$ 115.359,33 (cento e quinze mil, trezentos e cinquenta e nove reais e trinta e três centavos) para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Redentora – APAE, inscrita no CNPJ n. 02.550.399/0001-00.

§1º O valor referido no *caput* do presente artigo tem a finalidade de auxiliar a APAE nas despesas realizadas referente ao seguinte período: 16/06/2023 a 31/12/2023, conforme plano de trabalho apresentado.

§2º O repasse deverá ser interrompido quando da assinatura do novo termo de fomento realizado por meio de dispensa de realização de chamamento público, nos termos da Lei 1.0319/2014 e Decreto Municipal 3.071/2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE REDENTORA RS, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.


MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS,
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se


Rafael de Oliveira Vigne
Secretário Municipal de Administração e Finanças



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 054/2023

Senhor Presidente
Senhores Vereadores,

Submete-se à consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei Municipal nº. **054/2023** que **“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR VALORES FINANCEIROS PARA À APAE, NOS TERMOS DO ART. 26 DA LC 101/2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**, em regime de tramitação de **URGÊNCIA**.

O presente projeto justifica-se devido à necessidade de o Município auxiliar financeiramente a APAE, visto que o termo de fomento – contrato nº 072/2018, firmado em 15/06/2018 teve sua vigência expirada em 15/06/2023, sem possibilidade de novo aditivo de prazo, em razão de ter atingido o tempo máximo de prorrogações previsto na cláusula sexta do referido contrato.

Consoante é de conhecimento dos nobres Edis, essa municipalidade vivenciou desde outubro de 2022 até fim de março de 2023 uma situação atípica, de trocas constantes do Chefe do Poder Executivo Municipal que acabou por ocasionar uma alternância de determinados secretários municipais, CCs e servidores de carreira de setores. Com a assunção do novo prefeito eleito, em 23/03/2023, a Administração Pública Municipal vem passando por uma reestruturação em seu quadro, condição essa que acabou por atrasar determinados atos e ações do Poder Público.

No caso da APAE, deveria ser sito aberto novo processo de dispensa de chamamento público nos termos da Lei Federal 13.019/2014 e Decreto Municipal 3.071/2017. Ocorre que por equívoco, a APAE ao invés de protocolar novo plano de trabalho acompanhado de requerimento para a realização de abertura de novo processo, protocolou plano de trabalho somente referente o período de 16/06/2023 a 31/12/2023, imaginando-se que se tratava apenas de novo aditivo de prazo, o que se torna impossível tendo em vista a expiração do prazo máximo de prorrogação contratual.

Assim devido a essa situação, não há contrato vigente com a APAE desde 16/06/2023, sendo necessária a presente lei autorizativa, para que essa municipalidade possa estar repassando o auxílio financeiro, evitando que a APAE venha enfrentar dificuldades dessa ordem, em razão dos compromissos que possui para manter o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência intelectual e múltipla, trabalho esse que vem sendo prestado há muitos anos pela APAE, possuindo o reconhecimento deste órgão público, pelo fim social a que se destina.

O valor do repasse referido no art. 1º de até R\$ 115.359,33 (cento e quinze mil, trezentos e cinquenta e nove reais e trinta e três centavos), refere-se: R\$ 8.873,79 para os 15 dias de junho, e R\$ 17.747,59 por mês, para os meses de julho a dezembro do corrente ano/exercício financeiro. Salienta-se que tão logo seja concluído o novo processo para celebração de termo de fomento, nos moldes da Lei 13.019/2014, será efetivado novo contrato, cessando os repasses por meio desta lei, isto é, a mesma valerá até ser concluído o novo processo de chamamento público.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

Pontua-se ainda, que é de conhecimento geral que em nosso Município não existem outras entidades ou organizações em funcionamento que desenvolvem o mesmo serviço prestado pela APAE, afastando-se desta forma, qualquer prejuízo de competitividade.

Portanto, por não haver contrato desde 16/06/2023, até a realização de novo processo, a única forma encontrada para que o município possa repassar valores à entidade é nos termos do art. 26 da LC 101/2000, que assim dispõe: *"A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizado por lei específica, atender a condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais"*.

Isto posto, entendem-se dispensáveis maiores justificativas, razão pela qual espera-se a aprovação unânime deste projeto de lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE REDENTORA RS, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.


MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS
Prefeito Municipal